

URÂNIO EM CARAJÁS

Processo de venda da Vale do Rio Doce pode ser questionado na justiça se for confirmada a existência do mineral radioativo no Pará

Ronaldo Brasilense
Da equipe do Correio

Relatório confidencial, assinado pelo geólogo Edilson Batista Ramos, da extinta Nuclebrás, em 1983, aponta a existência de pelo menos sete mil toneladas de urânio na região do Salobo, na Serra dos Carajás, sul do Pará. O mineral radioativo foi descoberto na década de 70, em grandes quantidades, agregado a cobre, ouro e prata. O cobre, a prata e o ouro do Salobo foram incluídos pelo

governo federal na privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A descoberta foi feita pela Rio Doce Mineração e Geologia (Docegeo) e comunicada de imediato à Nuclebrás, que enviou para a região os geólogos Edilson Ramos, Rafael Ferraioli e Zanini Arouca — além de técnicos especializados — para participar dos trabalhos de pesquisa mineral.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) omitiu, no *data room* (sala com informações confidenciais da estatal) montado no Rio de Janeiro sobre a Companhia Vale do Rio Doce, dados

A PRIVATIZAÇÃO

Data do leilão
29 de abril

Preço mínimo
R\$ 10,362 bilhões
ou R\$ 26,67 por ação

A arrecadação esperada
R\$ 3 bilhões com a venda de 45 % das ações ordinárias da Vale.

O que entra no preço mínimo:
Minério de ferro (1,2 bilhão de toneladas no sistema Norte e 1,7 bilhão no Sul)
Manganes das regiões de Azul e Urucum
Bauxita de Trombetas
Potássio de Taguari-Vassouras
Caulim de Capim
Cobre da região de Salobo
Ouro de Igarapé Bahia (até 70 toneladas)

sobre ocorrências de urânio na Serra dos Carajás, o que poderá mudar os rumos da privatização da maior mineradora brasileira.

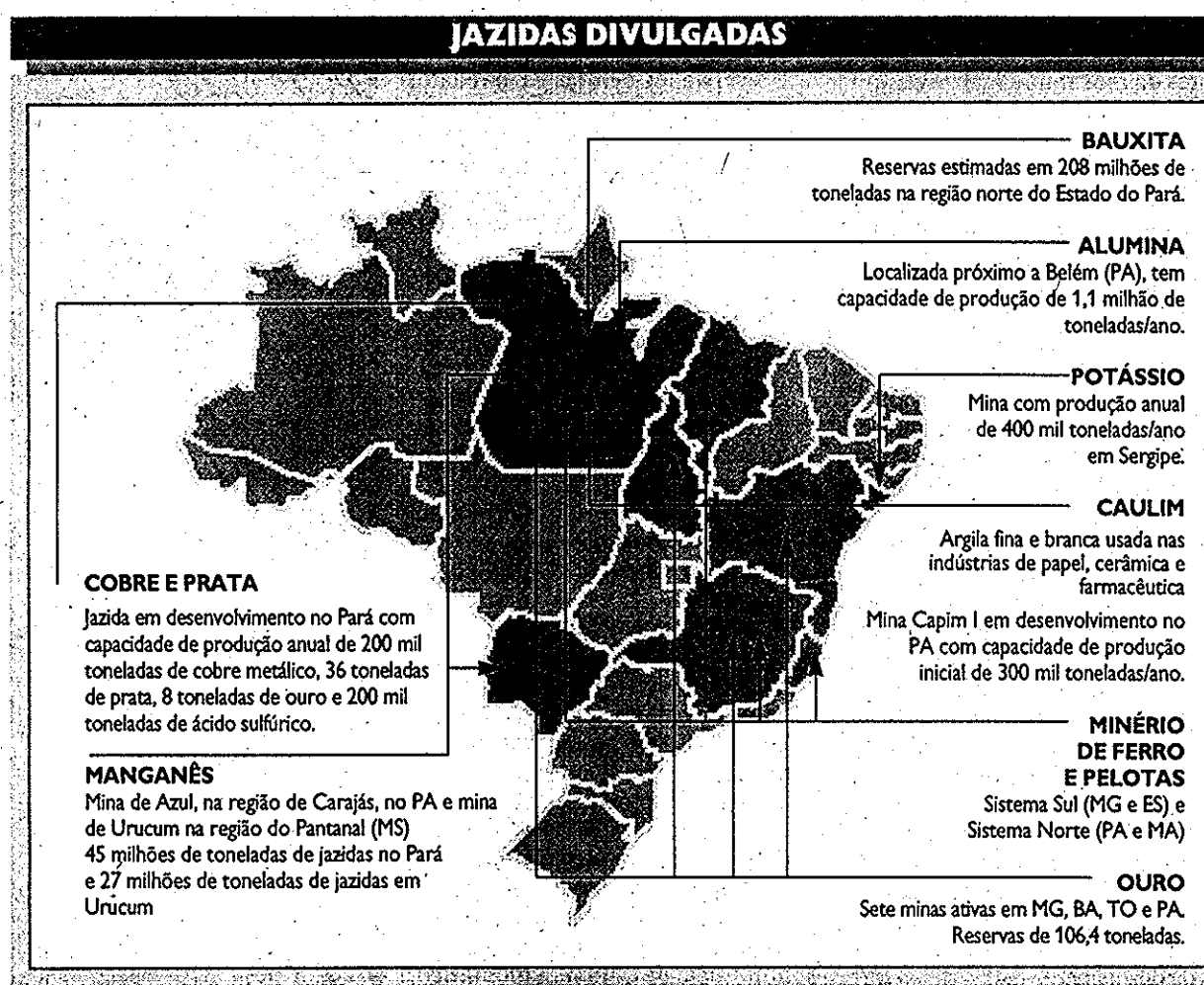
Funcionário aposentado da Nuclebrás, atualmente trabalhando na Secretaria de Indústria e do Comércio do Pará, o geólogo Edilson Ramos, 54 anos, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, estranhou o fato de o BNDES não ter feito qualquer referência às jazidas de urânio detectadas em Carajás no *data room*

aberto às empresas interessadas em participar do leilão de privatização da Vale do Rio Doce.

REVELAÇÃO

Edilson Ramos, que participou de importantes projetos minerais no Pará, como na descoberta de minerais radioativos em Monte Alegre, a 900 quilômetros de Belém, no oeste do estado, acredita que a revelação sobre as jazidas de urânio de Carajás traga novas luzes ao processo de privatização da Vale do Rio Doce.

"Trabalhamos quatro anos na região e fizemos 65 mil metros de furos



geológicos para a cubagem (medição da quantidade de minério) do cobre existente no Salobo, onde encontramos grandes quantidades de urânio", recorda Edilson Ramos, que chefiava a equipe da Nuclebrás e foi o responsável pela cubagem extra-oficial feita com o urânio descoberto. No Salobo, foram medidas 240 toneladas de ouro, 700 toneladas de prata e 1,2 bilhão de toneladas de cobre.

A existência de milhares de toneladas de urânio no Salobo foi mantida em segredo na década de 70, durante o governo do general Ernesto Geisel, para evitar qualquer tipo de entraves ao

acordo nuclear Brasil-Alemanha, firmado naquela época. O relatório sobre o urânio de Carajás, supõe Ramos, encontra-se nos arquivos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A uraninita, minério básico do urânio, é do tipo *pechblenda*, de boa qualidade. Segundo Edilson Ramos, a cotação da libra-peso (aproximadamente 33 gramas) de urânio no mercado internacional, hoje, é de US\$ 40.

"Para se ter idéia do volume de urânio existente no Salobo, é três vezes maior do que o existente nas jazidas de Poços de Caldas, em Minas Gerais, que estão em fase de exaus-

tão", compara Ramos, lembrando que, à época da descoberta, em plena ditadura militar, foi imposto segredo de Estado sobre a existência de urânio na província mineral de Carajás.

Edilson Ramos desconfia que há outros interesses por trás da deliberada omissão do BNDES sobre a existência de urânio em Carajás. Na área está sendo implantado o Projeto Salobo, com investimentos de R\$ 1,5 bilhão, numa associação entre a Vale do Rio Doce, o próprio BNDES e a multinacional sul-africana Anglo American, cada um investindo R\$ 500 milhões.

A Anglo American, maior produ-

tora mundial de ouro e diamantes e favorita no leilão de privatização, tem tecnologia na exploração de ouro agregado a urânio.

O urânio, como outros minerais nucleares, é monopólio da União. O artigo 177 da Constituição de 1988, em seu inciso V, deixa claro: constituem monopólio da União "a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados."

REPERCUSSÃO

"Essa revelação sobre a ocorrência de urânio em Carajás vai facilitar ações contra a privatização da Vale na Justiça", adianta o deputado federal Chico Vigilante (PT-DF), crítico do programa de desestatização do governo, considerando "extremamente grave" o fato de o BNDES ter omitido informações sobre a existência de minerais radioativos em Carajás.

O deputado João Passarela (PT-MG), que também integrou a Comissão Externa da Câmara, vai pelo mesmo caminho. Acha que a denúncia sobre a existência de urânio em Carajás abre caminho para que o Ministério Público Federal entre com uma ação civil pública contra a maior estatal brasileira do setor mineral. "Se o processo de privatização é transparente, como o governo diz, por que sonegaram informações sobre o urânio?", questiona.

"O urânio que se dizia haver em Carajás de fato existe, é isso que é grave. É assunto, o de minérios radioativos, de que trata especificamente a Constituição Federal", espanta-se a deputada Socorro Gomes (PC do B-PA), integrante da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que analisou todo o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Além do urânio, a deputada mostra que, com a privatização da Vale, setores como o de manganês passarão a ser monopólio privado, o que contraria a legislação brasileira.

BNDES diz que desconhece as jazidas

O consórcio que avaliou o patrimônio da Vale do Rio Doce, liderado pelas empresas Merrill Lynch e Projeta, terá que explicar, a curto prazo, todos os questionamentos feitos pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, principalmente sobre a existência de jazidas de urânio na Serra dos Carajás.

Quem garante é a superintendente de Desestatização do BNDES, Thereza Cristina Aquino, que disse desconhecer a existência de urânio em Carajás apesar de atuar no setor mineral há 20 anos.

"Se chegarmos à conclusão que isso (a existência de urânio) tem que ser considerado no edital da Vale, vamos divulgar um fato relevante", antecipou Thereza Aquino. "Não podemos ser acaçados."

O relatório dos deputados foi entregue na sexta-feira aos integrantes do consórcio que avaliou a Vale, segundo revelou a diretora do BNDES, e caberá à empresa Mineral Resources Development Inc. (MRDI) — que fez a avaliação do patrimônio mineral da estatal — se pronunciar sobre as jazidas de urânio, omitidas no *data room* com informações sobre a Vale.

"Eu trabalho com a Vale há muitos anos e nunca soube da existência de urânio em Carajás", reforçou Thereza Aquino. "Se os consultores contratados para avaliar o patrimônio da Vale consideraram ou não a questão do urânio, temos que ter respostas para essa questão."

Thereza Aquino assegurou que, além do urânio, o consórcio que fez a avaliação da Vale terá que responder a todos os questionamentos da Comissão Externa da Câmara para que não parem dúvidas sobre o processo de privatização da empresa.

TRANSPARÊNCIA

"Urânio, pela Constituição, é mineral de propriedade da União", ensinou a superintendente de Desestatização do BNDES. "Vamos responder a essa questão porque defendemos um processo absolutamente transparente na privatização da Vale", concluiu.

"O prosseguimento das pesquisas poderá demonstrar o que o conhecimento, até o presente, sugere e de acordo com os comentários divulgados, a presença de uma província de cobre, ouro e urânio no Brasil, em brecha ferri-fera, de importância planetária."

"EU TRABALHO COM A VALE HÁ MUITOS ANOS E NUNCA SOUBE DA EXISTÊNCIA DE URÂNIO EM CARAJÁS",

Thereza Aquino, do BNDES

O texto acima integra o relatório conclusivo feito pela Comissão Externa da Câmara, integrada pelos deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), Antônio Brasil (PMDB-PA), Jair Bolsonaro (PPB-RJ), João Passarela (PT-MG), Raul Belém (PFL-MG), Socorro Gomes (PC do B-PA) e Tuga Angerami (PSDB-SP), que examinou o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A comissão esteve na Serra dos Carajás, de 19 a 24 de fevereiro,

sendo in loco as pesquisas que vêm sendo realizadas em duas áreas promissoras da mineradora: Serra Leste, onde já se descobriu uma jazida de 150 toneladas de ouro, e Corpo Alemão, em área contígua ao Projeto Ouro Igarapé-Bahia, onde há ocorrência de ouro, cobre e urânio.

No relatório, enviado na última quinta-feira à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), os deputados alertam: "Estas pesquisas mostram recursos potenciais enormes, permitindo prever desde já quantidades de ordem de algumas centenas de toneladas de ouro contido, associadas a cobre, prata e urânio."

A área mineralizada do Corpo Alemão é, segundo o relatório dos parlamentares, semelhante ao da jazida australiana de Olympic Dam, pela associação cobre-ouro-prata-urânio.

"Os primeiros resultados analíticos mostram a presença de intervalos mineralizados a urânio na faixa de 400 gramas por tonelada, associados a cobre e ouro, recuperáveis em mineração subterrânea", diz o relatório. (RB)